

Os jardins de Annibal e Amélia Antunes Maciel: construção de espaços no sul do Brasil (1863-2013)".

ANNELISE COSTA MONTONE¹; ESTER JUDITE BENDJOUYA GUTIERREZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – annelisemontone@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – esterjbgutierrez@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Patrimônio e Cidade, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - doutorado, do Instituto de Ciências Humanas desta universidade, e encontra-se em sua fase inicial. Tem como tema central a história da construção e da conservação dos jardins da Chácara da Baronesa, em Pelotas, RS, que se transformou de espaço privado em espaço público municipal.

O problema da pesquisa sugere a seguinte pergunta: qual contexto deu origem à construção e manutenção dos jardins históricos da Chácara da Baronesa e sua posterior transformação em patrimônio cultural do município?

Segundo a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, ou Carta de Juiz de Fora, são considerados jardins históricos “os sítios e paisagens agenciadas pelo homem, como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados, e jardins de tradição familiar”.

Os jardins do casal foram construídos sob os ditames do ecletismo do século XIX (GUTIERREZ, 2004), com manifestações românticas e clássicas e demonstrava, pelo requinte de seus arranjos paisagísticos, o poder econômico de seu idealizador, Annibal Antunes Maciel, o Barão dos Três Serros. Outro detalhe importante, que pode reforçar as fontes de inspiração para a construção dos jardins em estudo, é a estreita relação da família com a corte, pois a baronesa Amélia era natural do Rio de Janeiro e descendente de ingleses.

A área atravessou processo de patrimonialização, a partir do momento em que passou a ser municipal, em 1978, transformando-se, então, em espaço público, bem como duas casas existentes na propriedade: a antiga residência, atualmente chamada de Museu Municipal Parque da Baronesa, e um sobrado de 1935. A chácara original possuía uma área de dez hectares. Hoje tem aproximadamente sete hectares.

Vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, após quatro anos de reformas promovidas pela Prefeitura, o museu, foi inaugurado em 1982. No ano de 1985 os prédios e o parque, com respectiva área de sete hectares, foram tombados como patrimônio histórico e cultural do município, pelo Conselho do Patrimônio Histórico de Pelotas - COMPHIC.

O prédio do museu manteve a tipologia de residência, abrigando peças doadas pela família juntamente com a casa e outras recebidas da comunidade ao longo dos trinta e dois anos de existência da instituição. O acervo traz representações de modos de vida, hábitos e relacionamentos do grupo social que se configurava como a elite pelotense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Parte do acervo documental servirá como fonte primária para a presente pesquisa e será detalhado posteriormente.

A Chácara da Baronesa foi tombada como patrimônio histórico municipal levando em conta cartas internacionais, que apontam princípios para conservação e restauração de monumentos históricos, como a Carta de Veneza, de 1964, que

definiu a noção de monumento histórico associada à sua significação cultural, compreendendo uma “criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural”.

Em 1981, a Carta de Florença ampliou essa noção de monumento para os jardins históricos como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público” (art. 1º). Neste contexto, amplia-se a noção do Parque da Baronesa como patrimônio histórico.

Apesar de, num primeiro momento, aparentemente não se configurar em objeto musealizável, os jardins do Museu da Baronesa fazem parte de seu acervo e compõem o campo documental da instituição, a ser catalogado e pesquisado.

Nas primeiras décadas do século XX, os pensadores da “nova história” propuseram a ampliação da noção de documento. A partir desse momento passa-se a fazer história não só com “documentos escritos”, mas também com todas as representações dos saberes e fazeres do homem, que apontam sua presença, suas formas de expressão, seus gostos (LE GOFF, 1997).

O que esse documento, na forma dos jardins históricos, pode representar? Um lugar talvez inspirado no público, trazido ao espaço privado e, patrimonializado, oferecido ao público. As representações “coletivas e simbólicas” são transmissoras das “diferentes modalidades de exibição da identidade social” e “encontram, na existência de representantes individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias de sua estabilidade e de sua continuidade” (CHARTIER, 2009, p. 50).

Os jardins da Chácara da Baronesa configuram-se como uma obra de arte a ser preservada, exemplar de uma forma de habitar. No século XIX a propriedade localizava-se fora da zona urbana de Pelotas. Segundo Reis Filho (2004), nesse período, morar na zona rural significava ter mais conforto do que nas cidades e vilas. As facilidades de abastecimento e serviços eram proporcionadas pelo espaço para a horta e criação de animais e obtenção de água.

Para melhor entender o surgimento dos espaços ajardinados, Segawa (1996) analisa as representações inerentes à criação dos mesmos, caracterizando as áreas livres da Europa medieval e a gradativa inclusão da vegetação urbana, segundo conceitos urbanísticos e arquitetônicos do renascimento e do barroco europeu, com o surgimento do jardim público em contraposição à praça.

Quanto a artigos e dissertações, encontraram-se trabalhos recentes relacionados à influência e atuação do paisagista Glaziou, no Rio de Janeiro: Folly e Melnixenco (2013) analisam a arquitetura e o paisagismo da Chácara do Challet, em Nova Friburgo, RJ.

A Fundação Casa de Rui Barbosa realizou extensa pesquisa sobre o paisagista, disponibilizando seu conteúdo digitalmente, inclusive com referências a artigos, dissertações e teses. Auguste François Marie Glaziou (1833 -1906) foi um botânico francês, que chegou ao Brasil em 1858 e atuou por 35 anos na construção e reforma de parques e jardins.

O pesquisador Dourado (2009), em sua tese de doutorado, sob orientação de Segawa, com o título **Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**, apresenta um estudo sobre a presença de paisagistas e jardineiros na Argentina, Chile, Uruguai e no Brasil. Na segunda parte aprofunda seu estudo analisa o trabalho do horticultor gaúcho Frederico Guilherme de Albuquerque (1839 – 1897), editor da **Revista de Horticultura**, no Rio de Janeiro, entre 1876 e 1879.

A pesquisa apresenta como objetivo geral traçar o contexto da construção dos jardins da Chácara da Baronesa e suas representações simbólicas, por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

Como objetivos específicos buscam-se identificar e localizar os meios que tornaram possível a criação e manutenção desse espaço simbólico; mostrar contextos e fontes de inspiração que levaram o barão e sua esposa a idealização de seus jardins; interpretar os significados desta inserção urbana, oriunda do século XIX, e de seu processo de patrimonialização; justificar a criação e a relevância de preservar o Parque da Baronesa, como patrimônio municipal.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos expostos se propõe a seguinte metodologia:

- coleta de informações pertinentes ao tema nos livros de despesa da família Antunes Maciel, localizados no acervo documental do Museu da Baronesa. Ao todo são doze livros manuscritos, que abrangem o período de 1894 a 1946, pertencentes à Amélia Antunes Maciel, Dona Sinhá, filha dos barões, e um livro pertencente a Annibal Antunes Maciel, das décadas de 1870 e 1880;
- coleta de dados no conjunto de cartas pertencentes à coleção família Antunes Maciel, do Museu da Baronesa: cento e cinquenta e duas cartas de Amélia Antunes Maciel (baronesa) – 1885 a 1918; cinquenta e cinco cartas de Rubens Antunes Maciel (neto) – 1914; e trinta e quatro cartas de Mozart Antunes Maciel (neto) – 1927 a 1928;
- pesquisa em fontes primárias, como os jornais da Biblioteca Pública Pelotense, das duas últimas décadas do século XIX, com finalidade de localizar reclames de jardineiros e paisagistas que atuavam em Pelotas; inventário de Annibal Antunes Maciel localizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;
- coleta de dados no conjunto de documentos pertencentes ao Museu Municipal Parque da Baronesa, junto à administração Municipal (1978-1982);
- fundamentação teórica com base nos conceitos de patrimônio, da história cultural e memória;
- revisão bibliográfica com apoio em teses, dissertações e artigos relacionados ao tema, de autores brasileiros e estrangeiros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se na fase de levantamento e organização das fontes primárias arquivadas no museu: conjunto de cartas e livros de despesa. Também está em andamento pesquisa nos inventários da família Antunes Maciel, localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Os documentos da instituição apresentam referências aos jardins, como trabalhos executados, vegetação utilizada, compras de materiais e pagamento de funcionários: nas cartas a preocupação com o embelezamento dos jardins, com plantio de flores e a contrariedade do clima do mês de agosto de 1916, desmanchando todo o trabalho feito, em setembro a glicínia florida assemelhava-se a uma “cortina lilás”e, em novembro, o jardim florescia com rosas “lindíssimas”; nos livros de despesa os registros de compras para consertos do galinheiro, entre outras atividades da chácara.

4. CONCLUSÕES

O Museu da Baronesa e seu acervo vêm sendo objeto de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação, envolvendo diferentes temáticas, mas com relação à área externa ao prédio principal há poucas referências. Por isso a escolha do objeto de pesquisa e a utilização dos documentos privados, para mostrar o contexto da criação dos jardins da baronesa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DOURADO, Guilherme Onofre Mazza. **Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra e MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Chácara do Chalet: arquitetura e paisagismo no século XIX. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA. **Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira**. Vitória/ES, 2013.

Fundação Casa de Rui Barbosa. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora**, de outubro de 2010. Acessado em 21 julho. 2014. Online. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Carta%20de%20Juiz%20de%20Fora%20Nov_%202011.PDF

Fundação Casa de Rui Barbosa. **GLAZIOU, O Paisagista do Império** – Acessado em 01 nov. 2013. Online. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/index.htm>.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888)**. Universitária, 2004.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Florença**, de maio de 1981. Acessado em 21 julho. 2014. Online. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**, de maio de 1964. Acessado em 21 julho. 2014. Online. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 95-106.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: os jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.